

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Governador do RS pede antecipação de verba do pré-sal aos Estados	2
Título: Taxa sobre aço brasileiro não foi decidida, diz assessor de Trump	3
Título: Setor de petróleo e gás sustenta avanço da indústria fluminense neste ano.....	4
Título: Eleições não devem afetar processo de venda da Eletrobras	6
Título: Siderúrgicas investem no varejo para elevar vendas no mercado interno	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Brasil, Nobel do pessimismo	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Eletrobras diz mirar América Latina em meio a privatização	11
Título: CANETA	12
Título: Sem citar desmate, Salles defende ajuda privada para o clima	13
Título: Governos da Amazônia negociam apoio de países europeus na COP-25	14
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: Até 50 anos para pagar	16
Título: Europa se prepara para taxar países que descumpram acordo do clima.....	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/12/2019****Seção: Brasil****Autor: Matheus Schuch e Fabio Murakawa — De Brasília****Título: Governador do RS pede antecipação de verba do pré-sal aos Estados****Para Eduardo Leite, recurso será importante para Estados conseguirem pagar 13º ao funcionalismo**

Com salários atrasados e sem condições de pagar o 13º do funcionalismo, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), foi ao Palácio do Planalto ontem reforçar o pedido de antecipação dos recursos do pré-sal aos Estados. O repasse do bônus de assinatura do leilão, que soma R\$ 5,3 bilhões para todos os Estados, está previsto para 30 de dezembro.

“O ideal é que seja o quanto antes, muitos Estados querem usar para fazer o pagamento do 13º, que seria até o dia 20 de dezembro. Já não é o caso do Rio Grande do Sul porque, pelas condições fiscais, o Estado não tem condição e vai fazer o parcelamento”, explicou Leite.

O atraso nos salários dos servidores gaúchos já passa de um mês. Leite calcula que terá direito a uma parcela entre R\$ 230 milhões e R\$ 250 milhões neste fim de ano, recurso que seria destinado integralmente à folha. O 13º salário será parcelado em 12 vezes.

Leite considera que o repasse no dia 30 poderia inviabilizar o repasse aos servidores ainda em 2019, devido ao horário bancário. Assim, o pagamento poderia ficar para 2 de janeiro.

“A União está conseguindo reduzir, graças ao seu esforço, o déficit previsto para este ano, ou seja, está conseguindo encerrar o ano melhor do que esperava, e os Estados estão com dificuldades, por isso fazemos o apelo.”

Em pedido enviado ao presidente Jair Bolsonaro, o Fórum Nacional de Governadores já havia solicitado a antecipação. A expectativa dos governadores é de que o repasse seja feito antes do dia 20, prazo final para o pagamento em dia do 13º salário.

No fim do mês passado, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou que o Rio Grande do Sul era o Estado mais próximo de entrar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), de ajuda aos Estados. Minas Gerais e Goiás tentam entrar no programa, que por enquanto só conta com o Rio de Janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/12/2019****Seção: Brasil****Autor:****Título: Taxa sobre aço brasileiro não foi decidida, diz assessor de Trump**

Uma semana depois de o presidente americano, Donald Trump, anunciar que o país iria sobretaxar o aço e o alumínio de Brasil e Argentina, o diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca, Larry Kudlow, afirmou que “nenhuma decisão foi tomada” ainda pelo governo.

A declaração do assessor econômico chama atenção porque em nenhum momento Trump deu a entender que o tema ainda era alvo de discussão.

Em seu Twitter na segunda-feira da semana passada, o republicano afirmou que “Brasil e a Argentina têm promovido uma desvalorização maciça de suas moedas, o que não é bom para os nossos agricultores. Portanto, de maneira efetiva e imediata, restaurarei as tarifas de todos os aços e alumínio enviados para os EUA a partir desses países”.

A revelação de Kudlow ontem reitera o que reportagem do **Valor** apontou recentemente: a decisão de Trump não surpreendeu apenas o governo brasileiro, a burocracia americana também não foi avisada com antecedência sobre a retaliação. Uma fonte afirmou ter ouvido de um representante do governo americano que “foi todo mundo pego no susto” pelo anúncio de Trump.

A decisão anunciada na semana passada pela Casa Branca, além de pegar o governo Jair Bolsonaro de surpresa, criou constrangimento para o Planalto, que tem buscado alinhamento com Trump desde o início da gestão. O presidente brasileiro, porém, tem mantido que é “fã” do republicano e que não “vai dar as costas para ele”, apesar de um potencial prejuízo à indústria nacional.

Segundo dados do governo americano até setembro, o Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA, com US\$ 2,2 bilhões (11,8% do total), atrás só do Canadá (US\$ 3,3 bilhões, ou 17,4% do total). A Argentina é apenas o 22º maior vendedor de aço para o mercado americano, com 0,92% do total.

A exportação aos americanos representa 65% dos embarques totais de semimanufaturados de aço do Brasil. Considerando a exportação total brasileira, os semimanufaturados de aço respondem por fatia de 9,3%.

Os sul-americanos haviam sido isentos da taxaço no ano passado, após Trump anunciar tarifas de 25% sobre as importações de aço e de 10% sobre o alumínio, como forma de blindar o mercado americano. A retirada de Brasil e Argentina, além da Austrália, dessa lista foi feita por pressão da indústria americana.

O Brasil ficou isento da taxaço de 25% no aço, mas dentro de uma cota de exportação, em volume, estipulada para produtos semi-acabados (placas e tarugos) e produtos laminados. Para semi-acabados, foram estipuladas 3,51 milhões de toneladas ao ano, enquanto para laminados, 496,3 mil toneladas. O país vem atendendo aos volumes definidos. **(Com agências de notícias)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Bruno Villas Bôas — Do Rio

Título: Setor de petróleo e gás sustenta avanço da indústria fluminense neste ano

Com os sucessivos recordes da produção da Petrobras, o setor de petróleo e gás sustentou o crescimento de 0,9% da indústria do Estado do Rio neste ano até aqui. Sozinha, a indústria extrativa fluminense cresceu 11,6% de janeiro a outubro, o melhor desempenho para o período dos últimos 14 anos.

Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal - Regional (PIM Regional), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa mostrou também crescimento 1,5% da produção nas fábricas do Estado de São Paulo em outubro, na comparação com setembro, sustentando o resultado nacional no mês (alta de 0,8%).

Somente em outubro, o petróleo extraído da camada pré-sal cresceu 4,6% na comparação a setembro, atingindo 2,39 milhões de barris de óleo equivalente (unidade de medida que inclui gás e petróleo), segundo dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Bernardo Almeida, pesquisador do IBGE, diz que o bom desempenho do setor de petróleo e gás tem ajudado a compensar os números ainda ruins da indústria de transformação do Rio, que acumula baixa de 4,1% de janeiro a outubro deste ano, frente ao mesmo período de 2018.

“Parte dessa queda vem da indústria de metalurgia do Rio, que pode estar sendo afetada pelo menor abastecimento de minério de ferro, usado na produção do aço”, disse Almeida, citando tratar-se ainda de um reflexo no mercado do acidente na barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). O rompimento da barragem da Vale aconteceu em janeiro.

Dessa forma, a indústria extrativa tem ajudado na recuperação - ainda que lenta - da economia do Rio de Janeiro em 2019. O indicador de atividade econômica do Banco Central aponta para alta de 2,2% no Estado o Rio no terceiro trimestre, em relação aos três meses anteriores, quarta alta consecutiva do indicador.

Essa recuperação ocorre após o Rio de Janeiro ser superado por Santa Catarina em termos de PIB per capita em 2018, caindo para a quarta posição nacional. Desde ao menos 2008, o Rio ficava atrás apenas de Brasília e São Paulo nesse quesito.

Nos cálculos da economista Camilo Saito, da consultoria Tendências, o PIB do Estado do Rio de Janeiro deve crescer 1,2% em 2019, mesmo ritmo previsto pela consultoria para a média nacional. Ela revisou recentemente sua projeção para crescimento do Rio, que era um pouco maior (de 1,6% neste ano).

“O impacto da Petrobras no emprego fluminense, porém, deve ser mais demorado. O setor de petróleo e gás é mais intensivo em capital”, disse Camila.

Para o economista Mauro Osório, porém, o setor de petróleo não vai conseguir sozinho retirar a economia da crise. “Em torno de 80% dos fornecedores da Petrobras estão fora do Estado do Rio, que praticamente não se beneficia da receita de ICMS sobre a extração de petróleo”, diz o economista.

De acordo com a pesquisa do IBGE, a produção da indústria brasileira avançou em sete dos 15 locais pesquisados em outubro, na comparação com setembro. Além de São Paulo, destacaram-se as indústrias de Goiás (4%), Amazonas (2,3%), Nordeste (1,2%), Bahia (0,9%), Mato Grosso (0,6%) e Rio (0,2%).

O destaque negativo ficou com o Espírito Santo, que teve queda de 8,1%. O resultado ruim tem relação com reprogramação de produção no setor de minério.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério tem leve ajuste

Os preços do minério de ferro no mercado transoceânico passaram por ligeira correção ontem e caíram 0,38%, a US\$ 93,57 a tonelada, de acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”. Com o desempenho positivo no início deste mês, sustentado pela percepção de que a demanda de aço na China pode ser beneficiada pelas medidas de injeção de recursos pelo banco central chinês na economia doméstica, a commodity caminha para encerrar 2019 com ganhos entre 20% e 30%, abaixo dos 72% de valorização acumulada vista em julho.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	11/12/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curta

Energisa ganha 30 anos

O aditivo firmado entre a Energisa Tocantins e a União, no contrato de concessão, prorrogando o prazo por mais 30 anos, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, foi publicado ontem no “Diário Oficial da União” (DOU).

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	11/12/2019
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito — Do Rio
Título:	Eleições não devem afetar processo de venda da Eletrobras

As eleições municipais do próximo ano não vão interferir na tramitação do projeto de lei 5877/2019, de privatização da Eletrobras, no Congresso, prevê o presidente da companhia elétrica, Wilson Ferreira Junior. Segundo ele, como a discussão sobre o texto de desestatização da empresa deve ocorrer no primeiro semestre de 2020, a expectativa é que o projeto seja aprovado na Câmara e no Senado antes do início do processo eleitoral.

“Estamos falando em desenvolver o projeto no primeiro semestre. Estamos falando em um prazo adequando. Então ele [projeto de lei] não vai se misturar com a eleição, que vai ser no segundo semestre”, afirmou o executivo, que

concedeu ontem palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). “Imaginamos que [o Congresso] possa aprovar [o projeto de lei] no primeiro semestre. No segundo semestre, nós fazemos essa operação”.

Questionado sobre a demora do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em escolher um nome para a relatoria do projeto de lei, o presidente da Eletrobras disse que o deputado está sendo cuidadoso para definir um nome que tenha condições de agilizar a tramitação do texto. “Ele [Rodrigo Maia] está tomando o cuidado necessário para colocar um relator que possa, de fato, fazer o deslanchar o projeto”.

Durante a palestra, o executivo disse que, considerando a hipótese de o governo arrecadar R\$ 15 bilhões com a privatização, a União ficaria com cerca de 45% da elétrica, após o processo.

De acordo com Ferreira, após a privatização, a nova Eletrobras deverá analisar a oportunidade de investir em outros países da América Latina. Ele acrescentou que a empresa hoje já estuda um conjunto de alternativas de integração na América do Sul, tanto em geração quanto em transmissão de energia.

Enquanto a empresa não for privatizada, indicou o executivo, sua capacidade de investimentos continuará limitada. Para 2020, por exemplo, a expectativa de aportes é de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões.

A previsão de investimentos para os próximos cinco anos deverá ser divulgada ao mercado na próxima semana, assim que o conselho de administração da elétrica aprovar o plano de negócios e gestão 2020-2024.

Ferreira disse não poder comentar detalhes do documento, porém sinalizou que o plano contemplará investimentos em tecnologia. Nessa área, os investimentos serão dedicados à automação de subestações das usinas, repotenciação de hidrelétricas e modernização de ativos de transmissão.

Ele lembrou que, segundo o plano estratégico da estatal, a Eletrobras pretende estar entre as três maiores empresas de geração de energia renovável do mundo, em 2030. Hoje, explicou, ela está entre as cinco maiores do setor.

Com relação ao processo de venda de participações em 38 sociedades de propósito específico (SPEs) de geração eólica e transmissão, Ferreira disse que a companhia deverá divulgar um resultado sobre o assunto no início de 2020. “Temos um processo de venda de SPEs que termina no fim do ano. No começo do ano [2020], devemos anunciar o que foi resultante desse processo”.

O executivo sinalizou ainda que a geração de caixa da Eletrobras deverá superar os R\$ 10 bilhões em 2019. No acumulado dos primeiros nove meses do ano, a

estatal totaliza um Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 7,053 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Siderúrgicas investem no varejo para elevar vendas no mercado interno

Um dos segmentos que cresce no consumo de aço e tem despertado o interesse das siderúrgicas brasileiras é o de vendas no varejo. ArcelorMittal e Gerdau já estruturaram áreas dedicadas a esse mercado. Hoje, existem no país 148 mil lojas de material de construção que respondem por cerca de 30% das vendas de aços longos na distribuição.

De olho nesse mercado, a Gerdau criou o programa “Juntos Somos mais”, uma plataforma de consultoria e vendas diretas para o lojista. O programa, segundo o presidente da siderúrgica, Gustavo Werneck, foi estruturado para aumentar a cobertura de lojas atendidas pela companhia e a venda direta de produtos siderúrgicos.

A expectativa, de acordo com o executivo, é chegar ao atendimento de 50 mil estabelecimentos em 2023. Atualmente, a Gerdau tem uma carteira de 11 mil lojas de material de construção. “O nosso plano é atender 20 mil estabelecimentos em 2020 e chegar a 50 mil em 2023. Antes dessa estratégia, estávamos presentes nos grandes distribuidores, que são cerca de três mil. Agora, vamos direto ao pequeno.”

O programa Juntos somos Nós, de acordo com Werneck, além de ter um canal direto com o pequeno e médio lojista, tem ferramentas de gestão e de fidelização disponíveis a esses clientes. “Em 2017, as vendas para a distribuição representavam 10% de nosso faturamento. Com o programa, esse segmento deve fechar com uma participação de 17% neste ano e em 2023 a estimativa é de que alcance 30%. É um ritmo de crescimento chinês”, ressaltou Werneck. No terceiro trimestre deste ano, a receita líquida da companhia foi de R\$ 9,9 bilhões.

Outra siderúrgica que está apostando no pequeno varejo e nas vendas “formiguinhas” é a ArcelorMittal. A empresa está aumentando a sua cobertura em lojas próprias e melhorando a estratégia no e-commerce. Jefferson de Paula, vice-presidente de aços longos da ArcelorMittal, disse que a companhia atualmente tem uma rede com 32 lojas, sendo nove próprias. Até 2021, serão 100 revendas em todo o país. “Hoje, 60% do volume vendido pela ArcelorMittal

vai para a distribuição, sendo que 4% é a participação do varejo. Com essas iniciativas, devemos aumentar muito o volume comercializado nesse canal”, acrescentou De Paula.

O executivo ressaltou que a siderúrgica viu o potencial desse mercado e lançou a primeira loja virtual de venda de aço diretamente ao consumidor final. “Foi uma das primeiras iniciativas nesse segmento. Entregamos em todo o território nacional e sem exigência de volume mínimo por pedido”, disse.

Outra frente da ArcelorMittal, segundo o executivo, é a aproximação com os vendedores das lojas de material de construção. De Paula explicou que a companhia irá instalar totens, equipados com tablets, que dão acesso à loja virtual da siderúrgica. Cerca de 80 totens serão instalados em estabelecimentos nos Estados da região Sul e em São Paulo até o final de dezembro. “A iniciativa possibilita que revendedores parceiros se tornem representantes da ArcelorMittal sem a necessidade de investimento ou disponibilização de espaço para estoques”, disse o executivo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/12/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Paulo Delgado

Título: Brasil, Nobel do pessimismo

O que está levando Trump ao impeachment não é aquela culpa no cartório, mas o fato de usar uma nação estrangeira para influenciar decisões dentro da política interna americana.

Diferente do Brasil, que pratica há anos uma política mórbida, por isso não tem até hoje um Prêmio Nobel, e entregou de mão beijada a supremacia que adquiriu com a fabricação de aviões médios e está fazendo tudo para entregar a agroindústria à intriga internacional. Porque, internamente, além de olharmos mal para o futuro, externamente inúmeros brasileiros adoram falar mal do País e até se dedicam a escrever cartas, telefonar, visitar e azucrinar os suecos e noruegueses para não reconhecerem o papel de descortino mundial que tiveram Alysson Paulinelli, Nise da Silveira, César Lattes, Ozires Silva, Lara Rezende-Pérsio Árida, dentre outros.

O Brasil tem de se dedicar um pouco mais a valorizar o que sabe fazer. Pois a qualidade de tudo o que é descoberto ou inventado hoje, especialmente tecnologia, deveria ser objeto de contratos de como deve ser seu uso, e não de discursos patrióticos sobre se aquilo é ou não oportuno. Tudo o que é serviço será digital, toda a poluição será monitorada, e não é possível imaginar um país

sem unidade interna, política e empresarial, para criar sua própria legislação sobre o uso do que comanda o mundo moderno.

Não haverá nenhum Simão Cirineu ajudando o País a carregar a sua cruz.

O brasileiro precisa parar de viver achando que tem de ser arruinado para que restauradores da calamidade se apresentem. A prosperidade exige compromisso com a harmonia. Pede autoridade e confiança, não força e discriminação. Maldades civis, indiretas militares e incitação à revolta, devemos desconfiar, debaixo de qualquer oratória.

Só o comedimento e a perseverança nos salvam. A hostilidade constante não permite que o País respire e aumente o ânimo dos que querem paz. Nossa época explosiva é muito forte. Fracos são os líderes que não armazenaram ou economizaram nada que os estimulasse a ver a encruzilhada em que está o destino do mundo. E aí, alerta, nosso presidente, especialista em cortar o galho em que está assentado, depois do desamor de Trump pelas ligas e pelos metais brasileiros, deve refletir sobre algo mais grave.

A COP-25, que está sendo realizada em Madri, é desmistificadora: infelizmente, não há clima político no mundo para evitar o aquecimento global. A principal causa das mudanças climáticas é a matriz energética de base fóssil. Sem sair do petróleo, carvão e gás natural não é possível evitar que o clima do planeta mude para pior. Todo o resto é paliativo. E o único paliativo mais honesto é aplicar tecnologias que capturem dióxido de carbono (CO₂) dos locais que o emitem e da atmosfera.

O problema causado pelos diferentes interesses relacionados à mudança climática é exacerbado por quem ganha ao desviar a atenção da necessidade de enfrentar uma saída para o uso do petróleo. Os grandes poluidores possuem trilhões de dólares e já se organizam para preparar o futuro de confrontos por conta de mudança climática.

O Brasil, apesar de ser o quinto maior país do mundo e ter a sexta maior população, é apenas o 13º maior emissor de CO₂ do planeta. O Brasil é verde, não poluente, mas se permanecer na matriz atual e for crescer é que vai poluir para valer.

Curiosidade de que ninguém se dá conta é que, fora o uso industrial e para o transporte, uma das principais emissões de gases de efeito estufa se dá por causa do frio que sentem as pessoas que vivem nas zonas temperadas e subpolares. Quase que uma exclusividade da Eurásia e da América do Norte. Países com invernos rigorosos que precisam ficar com calefação funcionando

boa parte do ano e que continua ativa até mesmo quando saem de férias, fugindo do inverno.

Cerca de 40% de todos os gases de efeito estufa emitidos pela cidade de Nova York são decorrentes de calefação e água quente obtidas pela queima de combustível fóssil. Quem quiser reduzir para valer a mudança climática tem de começar parando de fazer calefação com combustível fóssil. Não adianta parar de comer bife e meter o pau no Brasil.

O fato é que é a parte fria do mundo que esquenta o planeta. E é ela que tem capital para fazer o mundo parar de esquentar. Entretanto, sua população gasta mais energia criticando as áreas tropicais e subtropicais, que são as que mais sofrem com as mudanças climáticas porque são, já de início, mais quentes.

Entretanto, há mais gases causadores do aquecimento. O metano corresponde a cerca de 16% das emissões de efeito estufa decorrentes da atividade socioeconômica. O Brasil é um dos cinco maiores emissores desse gás no mundo. Vem muito atrás da China, que é o maior emissor, mas também atrás da Índia, da Rússia e dos Estados Unidos.

A emissão de metano pelo Brasil vem da agropecuária e do desflorestamento. Seria inteligente o agronegócio brasileiro decidir se tornar a ponta mundial do desenvolvimento tecnológico para captura de metano. Esse é nosso calcanhar de Aquiles e será miseravelmente explorado por quem quer desviar a fúria política global para longe dos combustíveis fósseis e das regiões mais ricas.

Tanto a grande indústria petrolífera quanto o agronegócio que concorre com o Brasil são dois lobbies formidáveis num brutal ataque conjunto à questão do desflorestamento e da emissão de metano. A matemática da correlação de forças tem um resultado muito objetivo: no confronto direto, o agronegócio brasileiro vai perder.

Não adianta ter força no Brasil quando o jogo moral é jogado fora daqui. A assimetria é mortal e cresce a imagem de que estamos poluindo, sem saber despoluir. Vamos dar com os burros n'água se não aprendermos a ganhar dinheiro no mercado da despoluição. Para destruir a imagem de nossa agroindústria é preciso primeiro destruir a imagem do Brasil como país verde. Não deve ser o que queremos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/12/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Eletrobras diz mirar América Latina em meio a privatização

Rio de Janeiro Em meio a discussões sobre sua privatização, a Eletrobras prepara a divulgação de seu plano de negócios para os próximos cinco anos, que trará como meta ser a terceira maior empresa de energia renováveis do mundo. Para isso, a companhia deve mirar investimentos também fora do Brasil.

As afirmações foram feitas pelo presidente da companhia, Wilson Ferreira Junior, em almoço na Associação Comercial do Rio de Janeiro nesta (10). “A Eletrobras, no momento em que for privada, deve olhar para a América Latina como uma região onde ela tem características distintas para investir”, disse.

O projeto de privatização foi entregue pelo governo ao Congresso no início de novembro. Ferreira Junior disse esperar que o texto seja aprovado no primeiro semestre de 2020, permitindo a privatização no segundo semestre.

A ideia é oferecer ao mercado novas ações da companhia, reduzindo a participação do governo federal, que hoje é de 40,99% (mas com 51% das ordinárias, que dão direito a voto). O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tem outros 15,99%.

O projeto limita a 10% a fatia máxima de investidores privados no capital votante, para evitar que a companhia tenha novo controlador. O objetivo seria uma corporação com capital pulverizado— sem acionista majoritário.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: CANETA

PAINELS.A

Cromossomo

A ABGD (associação de geração distribuída) diz que seu abaixo-assinado contra o plano da Aneel de taxar a energia produzida pelos próprios consumidores coletou 175 mil assinaturas. A petição, aberta em setembro, será levada à Presidência quando completar 200 mil adesões.
com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 11/12/2019**Seção:** Especial**Autor:****Título:** Sem citar desmate, Salles defende ajuda privada para o clima

O Fundo de Adaptação tem US\$ 100 milhões, provavelmente menos do que o custo das despesas de organização de tantas COPs”, disse o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles nesta terça (10) na COP-25, em Madri.

O discurso de cerca de três minutos focou desafios financeiros das mudanças climáticas e foi direcionado para os ministros de Meio Ambiente de mais de 100 países.

Salles defendeu que os projetos negociados no mercado de carbono que funcionou sob o Protocolo de Kyoto, acordo climático anterior a Paris, sejam adaptados para continuarem valendo sob o Acordo de Paris.

Embora o cargo de ministro do Meio Ambiente do Brasil responda pelas políticas de controle do desmatamento da Amazônia, bioma que é fonte de preocupação nas conferências da ONU por sua importância para o clima, o discurso de Salles não faz referência a esforços do governo com a redução do desmatamento — que subiu 29,5% na Amazônia Legal neste ano em relação ao ano passado.

A única referência ao termo “desmatamento” no seu discurso se refere às responsabilidades históricas dos países desenvolvidos pelas emissões de gases-estufa — embora, no caso do bloco desenvolvido, as emissões históricas se devam aos combustíveis fósseis, queimados em larga escala desde a Revolução Industrial.

Já no Brasil, a maior parte das emissões de gases-estufa vem do setor de florestas e mudança do uso do solo, que dependem de políticas de controle ambiental concentradas no governo federal.

“Um país que desenvolveu o biocombustível etanol, uma fonte renovável de energia, substituindo os combustíveis fósseis amplamente utilizados nos países ricos, 84% de nossa rede elétrica é baseada em fontes de energia renováveis (biomassa, eólica, solar e hidrelétrica), em oposição a muitos outros países que ainda dependem muito do carvão para abastecer seus chamados carros elétricos, altamente simbólicos”, disse.

“Essa foi uma grande contribuição do nosso setor privado para combater as mudanças climáticas”, disse Salles ao argumentar p ela manutenção dos moldes

do mercado de carbono que funcionava no Protocolo de Kyoto, que não incluía o setor de florestas.

Aposição já era defendida pelo Itamaraty, que também já vinha defendendo nas COPs anteriores que os países ricos cumprissem suas obrigações.

Em 2009, os países desenvolvidos prometeram um financiamento de US\$ 100 bilhões até 2020, que se tornariam anuais após 2020.

A partir desta quarta (11), os ministros assumem o comando das negociações da COP e devem correr contra o tempo para fechar em três dias um acordo sobre a regulamentação de mecanismos de cooperação para o cumprimento de Paris, sendo o mercado de carbono o principal deles.

A jornalista viajou a convite do Instituto Clima e Sociedade (ICS)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/12/2019

Seção: Especial

Autor: Ana Carolina Amaral

Título: Governos da Amazônia negociam apoio de países europeus na COP-25

Sem aval do ministro do Meio Ambiente, políticos buscam interlocução direta com doadores

Com uma agenda de reuniões com as delegações francesa, alemã e norueguesa, os governadores da Amazônia aproveitam a COP-25 para alavancar a cooperação direta entre doadores internacionais e governos locais.

A conferência da ONU sobre o clima, que busca regulamentar o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, começou no dia 2 e termina na sexta-feira (13).

Para facilitar a interlocução direta, sem passar pelo governo federal, no domingo (8) eles chegaram a articular junto a parlamentares uma carta defendendo o protagonismo dos estados amazônicos no repasse das verbas negociadas na COP-25, incluindo a regulamentação do mercado de carbono.

No entanto, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, não assinou o documento, que citava uma “autorização para que o Consórcio Interestadual [da Amazônia] e os estados associados possam captar junto ao mercado internacional”.

“Não precisamos de autorização. Podemos receber doações e só precisamos informá-las ao governo federal”, disse à Folha o governador do Amapá e presidente do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, Waldez Góes (PDT).

Ele explica que o documento ajudaria a fazer essa conversa com os interlocutores internacionais, “porque há uma cultura de diplomatas manterem as conversas entre os representantes nacionais”.

A Folha acompanhou uma reunião do governador com o francês Pierre-Henri Guignard, enviado especial da Aliança pelas Florestas, criada em setembro pelo presidente francês Emmanuel Macron.

“Para além do apoio à conservação, precisamos de apoio da comunidade internacional para agenda de oportunidades para quem vive na Amazônia, muitas vezes com fome e sem saneamento básico”, disse Góes.

“A Aliança também deve prover recursos para essa agenda de alternativas”, respondeu Guignard na reunião, citando como exemplo a substituição do uso do carvão vegetal por energia solar.

O encontro também contou com o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e o conselheiro para assuntos globais da Embaixada da França no Brasil, Kevyan Sayar.

Em referência sutil ao governo Jair Bolsonaro, que não chegou a ser citado, as duas partes reafirmaram que a amizade entre Brasil e França é maior que “questões políticas”.

“Foi muito complicado fazer um envio rápido quando a Bolívia aceitou ajuda para combater as queimadas. A Aliança quer facilitar isso”, disse Guignard. A Aliança pelas Florestas pretende conectar países doadores com detentores de grandes florestas, especialmente da Amazônia.

“Ao falar com a gente [do consórcio da Amazônia], estão falando com toda a Amazônia, 61% do território brasileiro. E o diálogo pode ser mais produtivo”, disse Góes.

Ao longo da COP-25, governadores e parlamentares da Amazônia devem se reunir também com a Alemanha e a Noruega. Os dois países são os doadores do Fundo Amazônia, bloqueado desde maio.

Segundo assessores do Ministério do Meio Ambiente da Noruega, o diálogo com o governo federal brasileiro também deve seguir, mas os noruegueses reafirmam que, assim como os alemães, não veem nenhuma solução imediata para o Fundo Amazônia.

Os dois países devem caminhar juntos nas análises e manifestações sobre o futuro do Fundo, ainda segundo fontes ministeriais da Noruega.

Os governos estaduais têm protagonizado a busca por cooperação internacional desde que o governo Bolsonaro passou a dificultar a relação com os países doadores, com o bloqueio do Fundo Amazônia e a recusa de doação dos franceses para o combate às queimadas na Amazônia.

A vontade dos governos locais de receber os repasses é anterior ao governo Bolsonaro. Eles já pleiteavam que as verbas do Fundo Amazônia não ficassem concentradas no governo federal.

Enquanto o governo federal tem suas aparições reduzidas na COP-25, os governos estaduais da Amazônia buscam angariar apoio político no evento Amazon-Madrid, que acontece paralelamente às negociações da COP

Também participam da COP-25 os governadores Hélder Barbalho (MDB-PA), Gledson Cameli (PP-AC) e os vices-governadores Wanderlei Barbosa (PHS-TO) e Otaviano Pivetta (PDT-MT).

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/12/2019

Seção: Economia

Autor: JOAO SORIMA NETO, LEO BRANCO, HENRIQUE GOMES BATISTA E GERALDA DOCA /SÃO PAULO E BRASÍLIA

Título: Até 50 anos para pagar

Odebrecht apresenta novo plano de recuperação judicial a credores

A Odebrecht apresentou ontem a credores uma nova versão de seu plano de recuperação judicial, com até 50 anos de prazo para pagar suas dívidas. Embora tenha mais detalhes que o anterior, como valores e prazos de pagamentos, especialistas ouvidos pelo GLOBO avaliam que trata-se de um prazo muito extenso, o que traz risco aos credores. Eles terão até o próximo dia 19 para avaliar a proposta —que precisa ser aprovada em assembleia.

Fontes próximas às negociações já admitem que é muito difícil fechar um acordo antes da virada do ano, como gostaria a Odebrecht. Também se espera que alguns credores peçam mudanças no plano, que prevê, para a maior classe de credores, a troca da dívida por títulos com prazo de 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos.

Fontes ouvidas pelo GLOBO indicaram que bancos públicos e privados não gostaram do plano e querem mudanças. Pretendem atuar em conjunto para

chegar a uma versão final com condições melhores. Também não acreditam em aprovação este ano e pretendem esvaziar assembleia do dia 19. O governo, por trás de Caixa, Banco do Brasil e BNDES, prefere uma solução no ano que vem.

Um dos pontos que devem gerar muito embate entre os credores se refere ao caixa do grupo. Pela proposta desenhada, depois de quatro anos de carência, a holding da Odebrecht só usará parte dos recursos levantados anualmente para o pagamento de seus credores. A ideia é manter, todos os anos, R\$ 500 milhões em caixa. O excedente, se houver, seria utilizado para o pagamento dos credores.

—O prazo (para pagamento) é bastante longo. Na Justiça de São Paulo, em média, o pagamento aos credores é em dez anos —diz o advogado Leonardo Ribeiro Dias, especialista em recuperação judicial no escritório ASBZ.

Para Dias, é difícil pensar numa reestruturação da Odebrecht aprovada pelos credores sem uma definição de como eles serão pagos — seja pela venda de ativos, emissão de dívida ou caixa. A versão atual do plano, contudo, ainda não esmiuçou esses detalhes, diz o especialista:

—É temerário dizer que estamos perto de um desfecho para essa recuperação judicial.

O novo plano não faz menção a possível troca de comando no grupo, considerada por especialistas como essencial para a reestruturação do grupo, que deve R\$ 98,5 bilhões.

Embora oficialmente a empresa fale em vender a petroquímica Braskem (na qual é sócia da Petrobras) e a Saesa, da Santo Antônio Energia, fontes da companhia admitem reservadamente que podem ser vendidas a Ocyan, de petróleo, a Atvos, de etanol, e outras companhias de energia do grupo. Segundo outra fonte, tudo vai depender da geração de caixa da companhia.

A depender do cenário, as dívidas podem ser liquidadas em até dez anos, defendem fontes envolvidas no plano. Caso isso não ocorra, os débitos serão convertidos em títulos emitidos pelo grupo, que terão uma correção monetária baixa.

Para uma advogada especialista em recuperações judiciais que prefere não se identificar, faltam detalhes sobre como a empresa pretende gerar caixa para pagar os credores, seja com a troca de controle ou dinheiro novo, via algum financiamento:

— O novo plano não traz uma linha sobre estes pontos.

Reunidos ontem num espaço de eventos na região central de São Paulo, os credores do conglomerado decidiram suspender a assembleia e retomá-la no dia 19 para poder analisar melhor a proposta. O representante da Caixa Econômica Federal, Tiago Costa, pediu prazo de 60 dias para que o banco pudesse analisar o plano, mas os representantes dos demais credores aprovaram que a assembleia seja retomada na próxima semana.

Procurados, os demais bancos credores da Odebrecht não se manifestaram sobre as novas condições do plano apresentado ontem. Fontes ouvidas pelo GLOBO apontam que muitos credores nem foram procurados pela Odebrecht antes da apresentação, o que indica que ainda não há consenso para a aprovação.

PLANO ÚNICO

O advogado Eduardo Munhoz, que representa a Odebrecht, propôs um plano único de pagamento para todas as 21 empresas do grupo envolvidas na recuperação, por meio da holding Odebrecht S.A:

—A companhia defende um plano consolidado, que será mais favorável a todos os credores. A opção individualizada é negativa, já que envolve empresas que não têm atividade operacional e fonte própria de recursos. Na opção individualizada, o risco é maior.

Os recursos no plano único, disse o advogado, virão de dividendos das empresas do grupo ou da venda de negócios, sendo o principal a Braskem.

Para o principal grupo de credores, da classe 3 —que inclui instituições financeiras, fornecedores, acionistas minoritários, executivos que detêm bônus da empresa, entre outros —, a Odebrecht propôs a divisão em dois grupos: financeiros e não financeiros.

Para os credores financeiros, a empresa propõe pagamento de até R\$ 150 mil em dinheiro, mas com a liberação do saldo excedente, ou seja, o credor abre mão do restante da dívida. Para valores de dívida acima desse limite, o grupo sugere a conversão da dívida em títulos, que podem ser debêntures de emissão pública (quando qualquer um pode comprar) ou privada (restrita a um grupo de investidores) ou até papéis conhecidos como bonds. O prazo de resgate desses títulos será de 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos.

Para o grupo dos credores não financeiros, o plano prevê pagamento de até R\$ 150 mil em dinheiro, mas o credor abre mão do restante da dívida. Há outra opção de pagamento em dinheiro àqueles com dívidas de até R\$ 3 milhões, mas só acontece quando houver venda de ativos.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/12/2019****Seção: Sociedade****Autor: DANIELA CHIARETTI Do Valor MADRI****Título: Europa se prepara para taxar países que descumpram acordo do clima**

Para ‘proteger indústria que assumiu compromissos’ de proteção ambiental, bloco adota pacote conhecido como ‘Green New Deal’, que deve ser anunciado hoje na COP-25, em Madri

A ideia de uma taxa de ajuste de fronteira começa a tomar corpo na União Européia (UE). Hoje, a Comissão Europeia pode propor a ideia durante reunião do bloco. Esta é uma das peças mais controversas do pacote climático da nova presidente, Ursula von der Leyen, que o bloco ameaça criar.

O vice-presidente executivo da Comissão Europeia, o holandês Frans Timmermans, foi vago sobre quais elementos estarão dentro do pacote climático que será discutido nesta semana em Bruxelas e que vem sendo conhecido como o “Green New Deal” europeu.

Mas Timmermans deixou claro, durante entrevista coletiva na COP-25 de Madri, que a UE não hesitaria em impor medidas para proteger sua indústria de concorrentes que não respeitarem o Acordo de Paris. Foi uma resposta à pergunta sobre a possibilidade de o bloco adotar uma taxa de carbono às importações de concorrentes com alta emissão:

— Se queremos atingir as metas que estabelecemos no Acordo de Paris, isso exigirá medidas. Vamos tomar essas decisões. Se você tomar as mesmas medidas ou algo comparável, não haverá nada a corrigir na fronteira. Mas, se não, claro, em determinado momento teremos que proteger a nossa indústria, que assumiu esses compromissos. Não queremos colocar a nossa indústria em uma posição mais fraca que as outras —afirmou Timmermans.

REAÇÃO CHINESA

Na semana passada, o professor He Jiankun, da Tsinghua University, que está com a delegação chinesa, reagiu à ideia de a UE criar uma taxa de ajuste de fronteira. Lembrou que o Acordo de Paris estabelece cooperações multilaterais “e que um ato unilateral deixa muitas questões em aberto”.

— Como isso seria? —questionou He. — Seria para todos os países ou não? Seria a mesma taxa para todos os produtos? Como ter um tratamento justo? Essas são perguntas que me ocorrem. Mas acredito que uma medida unilateral pode ter impacto na atmosfera franca do Acordo de Paris.

Timmermans adiantou que na cúpula européia desta semana, em Bruxelas, será apresentada a taxa de descarbonização de longo prazo do bloco, para 2050.

—Vejo o sentido de urgência aumentando entre os Estados membros, mas também vejo preocupação porque isso representará uma grande mudança na estrutura econômica, no mix energético. Mas esses países verão que fazem parte do esforço europeu e terão a solidariedade do resto da UE.

O bloco quer “liderar pelo exemplo”, diz ele, mas, como responde por apenas 9% das emissões globais, “é realmente importante se pudermos convencer os outros parceiros a se movimentar na mesma direção”.

Essas decisões preparam o bloco para a cúpula que pretendem ter com a China em Leipzig, em setembro.

— Há desafios geopolíticos, a guerra comercial não ajuda, confrontações não ajudam. Mas ao mesmo tempo, um crescimento econômico menor também não ajuda — disse Timmermans. —A liderança chinesa tem mostrado consistentemente sua consciência da necessidade de enfrentar as emissões globais.

Ele diz acreditar que há uma “boa base” para UE e China chegarem a um acordo durante a cúpula de setembro.

*A jornalista viajou a convite do Instituto Clima e Sociedade (ICS)

MME / ASCOM .